

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

| | |
|---|----|
| LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 | |
| <i>Dispõe sobre o Estatuto do Índio.....</i> | 19 |
| LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 14 DE MARÇO DE 1979 | |
| <i>Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.....</i> | 25 |
| LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 | |
| <i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.....</i> | 41 |
| LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 | |
| <i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.....</i> | 42 |
| LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 | |
| <i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.....</i> | 47 |
| LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016 | |
| <i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.....</i> | 48 |
| LEI Nº 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023 | |
| <i>Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas; e altera as Leis nºs 11.460, de 21 de março de 2007, 4.132, de 10 de setembro de 1962, e 6.001, de 19 de dezembro de 1973.....</i> | 50 |

DIREITO ADMINISTRATIVO

| | |
|--|----|
| LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005 | |
| <i>Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.....</i> | 57 |
| LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 | |
| <i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.....</i> | 60 |
| LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 | |
| <i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.....</i> | 68 |

DIREITO CIVIL

| | |
|---|----|
| LEI Nº 5.478, DE 25 DE JULHO DE 1968 | |
| <i>Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências.....</i> | 75 |
| LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 | |
| <i>Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.....</i> | 77 |

| | |
|---|-----|
| LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990 | |
| <i>Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.....</i> | 89 |
| LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992 | |
| <i>Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. ...</i> | 90 |
| LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 | |
| <i>Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.</i> | 91 |
| LEI Nº 9.263, DE 12 DE JANEIRO DE 1996 | |
| <i>Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.</i> | 97 |
| LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 | |
| <i>Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.....</i> | 100 |
| LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998 | |
| <i>Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.</i> | 114 |
| LEI Nº 11.804, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2008 | |
| <i>Disciplina o direito a alimentos gravídicos e a forma como ele será exercido e dá outras providências.....</i> | 117 |
| LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014 | |
| <i>Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.....</i> | 118 |
| DECRETO Nº 9.176, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017 | |
| <i>Promulga a Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e o Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos, firmados pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 23 de novembro de 2007.....</i> | 123 |
| DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019 | |
| <i>Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.....</i> | 142 |
| LEI Nº 14.010, DE 10 DE JUNHO DE 2020 | |
| <i>Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19).....</i> | 145 |
| LEI Nº 14.382, DE 27 DE JUNHO DE 2022 | |
| <i>Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021.</i> | 147 |
| LEI Nº 14.711, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023 (EXCERTOS) | |
| <i>Dispõe sobre o aprimoramento das regras de garantia, a execução extrajudicial de créditos garantidos por hipoteca, a execução extrajudicial de garantia imobiliária em concurso de credores, o procedimento de busca e apreensão extrajudicial de bens móveis em caso de inadimplemento de contrato de alienação fiduciária, o resgate antecipado de Letra Financeira, a alíquota de imposto de renda sobre rendimentos no caso de fundos de investimento em participações qualificados que envolvam titulares de cotas com residência ou domicílio no exterior e o procedimento de emissão de debêntures; altera as Leis nºs 9.514, de 20 de novembro de 1997, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.476, de 28 de agosto de 2017, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 9.492, de 10 de setembro de 1997, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 12.249, de 11 de junho de 2010, 14.113, de 25 de dezembro de 2020, 11.312, de 27 de junho de 2006, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 14.382, de 27 de junho de 2022, e o Decreto-Lei nº</i> | |

| | |
|---|-----|
| 911, de 1º de outubro de 1969; e revoga dispositivos dos Decretos-Lei nºs 70, de 21 de novembro de 1966, e 73, de 21 de novembro de 1966..... | 153 |
|---|-----|

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

| | |
|--|-----|
| DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932 | |
| <i>Regula a prescrição quinquenal.....</i> | 159 |
| DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941 | |
| <i>Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.....</i> | 159 |
| DECRETO-LEI Nº 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942 | |
| <i>Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.....</i> | 165 |
| DECRETO-LEI Nº 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969 | |
| <i>Altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária, e dá outras providências.....</i> | 165 |
| LEI Nº 6.515, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1977 | |
| <i>Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.....</i> | 169 |
| LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 | |
| <i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.....</i> | 172 |
| LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991 | |
| <i>Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.....</i> | 176 |
| LEI Nº 8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992 | |
| <i>Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.....</i> | 187 |
| LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996 | |
| <i>Dispõe sobre a arbitragem.....</i> | 188 |
| LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 | |
| <i>Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.....</i> | 193 |
| LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015 | |
| <i>Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.....</i> | 196 |

DIREITO DO CONSUMIDOR

| | |
|--|-----|
| LEI Nº 12.414, DE 9 DE JUNHO DE 2011 | |
| <i>Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.....</i> | 205 |

DIREITO PENAL

| | |
|---|-----|
| DECRETO-LEI Nº 3.688, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 | |
| <i>Lei das Contravenções Penais.....</i> | 211 |
| LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950 | |
| <i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.....</i> | 217 |

| | |
|---|-----|
| LEI Nº 1.521, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1951 | |
| <i>Altera dispositivos da legislação vigente sobre crimes contra a economia popular.....</i> | 225 |
| DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967 | |
| <i>Dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores, e dá outras providências.....</i> | 228 |
| LEI Nº 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989 | |
| <i>Define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.....</i> | 231 |
| LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990 | |
| <i>Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.....</i> | 233 |
| LEI Nº 8.137, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990 | |
| <i>Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.....</i> | 234 |
| LEI Nº 8.176, DE 8 DE FEVEREIRO DE 1991 | |
| <i>Define crimes contra a ordem econômica e cria o Sistema de Estoques de Combustíveis.....</i> | 237 |
| LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 | |
| <i>Institui o Código de Trânsito Brasileiro.....</i> | 238 |
| LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 | |
| <i>Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.....</i> | 299 |
| LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006 | |
| <i>Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.....</i> | 307 |
| LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010 | |
| <i>Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.....</i> | 323 |
| LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 | |
| <i>Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.....</i> | 331 |
| LEI Nº 12.984, DE 2 DE JUNHO DE 2014 | |
| <i>Define o crime de discriminação dos portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de AIDS.....</i> | 338 |
| LEI Nº 13.344, DE 6 DE OUTUBRO DE 2016 | |
| <i>Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).....</i> | 338 |
| LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019 (EXCERTOS) | |
| <i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i> | 340 |

LEI Nº 14.344, DE 24 DE MAIO DE 2022

Cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; e dá outras providências.....

345

DIREITO PROCESSUAL PENAL**LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984**

Institui a Lei de Execução Penal.....

353

LEI Nº 9.807, DE 13 DE JULHO DE 1999

Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.....

376

LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009

Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.....

379

DIREITO AMBIENTAL**DECRETO-LEI Nº 227, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967**

Dá nova redação ao Decreto-Lei nº 1.985 (Código de Minas) de 29 de janeiro de 1940.

383

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

397

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000

Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

404

LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005

Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

414

LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.....

422

LEI Nº 13.123, DE 20 DE MAIO DE 2015

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios

para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências..... 436

LEI Nº 14.785, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999..... 447

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

LEI Nº 12.318, DE 26 DE AGOSTO DE 2010

Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990..... 465

LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943..... 466

LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016

Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012..... 478

LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017

Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)..... 483

DIREITO ELEITORAL

LEI Nº 6.091, DE 15 DE AGOSTO DE 1974

Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências..... 491

LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990

Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências..... 493

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal..... 500

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições..... 513

DIREITO EMPRESARIAL

LEI Nº 4.886, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1965

Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos..... 547

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976

Dispõe sobre as sociedades por ações..... 552

| | |
|--|-----|
| LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994 | |
| <i>Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências.....</i> | 611 |
| LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996 | |
| <i>Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.....</i> | 618 |
| LEI Nº 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 | |
| <i>Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.....</i> | 643 |
| LEI Nº 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998 | |
| <i>Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências.....</i> | 650 |
| LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 | |
| <i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.....</i> | 652 |
| LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 | |
| <i>Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.....</i> | 697 |
| LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011 | |
| <i>Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências..</i> | 736 |
| LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 1º DE JUNHO DE 2021 | |
| <i>Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.....</i> | 756 |
| LEI Nº 14.193, DE 6 DE AGOSTO DE 2021 | |
| <i>Institui a Sociedade Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tributário específico; e altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).....</i> | 761 |
| LEI Nº 14.478, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022 | |
| <i>Dispõe sobre diretrizes a serem observadas na prestação de serviços de ativos virtuais e na regulamentação das prestadoras de serviços de ativos virtuais; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o crime de fraude com a utilização de ativos virtuais, valores mobiliários ou ativos financeiros; e altera a Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define crimes contra o sistema financeiro nacional, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre lavagem de dinheiro, para incluir as prestadoras de serviços de ativos virtuais no rol de suas disposições.....</i> | 768 |

DIREITO TRIBUTÁRIO

| | |
|--|-----|
| LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980 | |
| <i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.....</i> | 773 |
| LEI Nº 8.397, DE 6 DE JANEIRO DE 1992 | |
| <i>Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.....</i> | 778 |

LEI COMPLEMENTAR Nº 87, DE 13 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências...... 779

LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 31 DE JULHO DE 2003

Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências...... 790

RESOLUÇÕES DO CNJ

RESOLUÇÃO CNJ Nº 35, DE 24 DE ABRIL DE 2007

Disciplina a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável por via administrativa...... 803

RESOLUÇÃO Nº 60, DE 19 DE SETEMBRO DE 2008

Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional...... 806

RESOLUÇÃO Nº 75, DE 12 DE MAIO DE 2009

Dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional...... 809

RESOLUÇÃO Nº 106, DE 06 DE ABRIL DE 2010

Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos tribunais de 2º grau...... 823

RESOLUÇÃO Nº 125, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010

Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências...... 828

RESOLUÇÃO Nº 135, DE 13 DE JULHO DE 2011

Dispõe sobre a uniformização de normas relativas ao procedimento administrativo disciplinar aplicável aos magistrados, acerca do rito e das penalidades, e dá outras providências...... 836

RESOLUÇÃO Nº 213, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas...... 840

RESOLUÇÃO Nº 216, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre a eficácia e o alcance das Resoluções e determinações expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça e trata da competência da Corregedoria Nacional de Justiça no tocante à Justiça Eleitoral...... 855

RESOLUÇÃO Nº 252, DE 04 DE SETEMBRO DE 2018

Estabelece princípios e diretrizes para o acompanhamento das mulheres mães e gestantes privadas de liberdade e dá outras providências...... 856

RESOLUÇÃO Nº 305, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019

Estabelece os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário...... 859

RESOLUÇÃO Nº 332, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a ética, a transparência e a governança na produção e no uso de Inteligência Artificial no Poder Judiciário e dá outras providências...... 861

RESOLUÇÃO Nº 345, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020

Dispõe sobre o "Juízo 100% Digital" e dá outras providências...... 865

RESOLUÇÃO Nº 348, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020

Estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário, no âmbito criminal, com relação ao tratamento da população lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti ou intersexo que seja custodiada, acusada, ré, condenada, privada de liberdade, em cumprimento de alternativas penais ou monitorada eletronicamente...... 867